



## Relatos de uma Filósofa: Entrevista com Rosa Mechiço<sup>1</sup>

*Narratives of a Philosopher:  
An Interview with Rosa Mechiço*

*Narrativas de una Filósofa:  
Entrevista a Rosa Mechiço*

Murilo Seabra<sup>2</sup>  
La Trobe University (LTU)

### RESUMO

Na presente entrevista, realizada por e-mail no ano de 2021, a filósofa moçambicana Rosa Mechiço fala um pouco da sua trajetória pessoal, da história política do seu país, da sua experiência como mulher no mundo acadêmico e do seu interesse pela educação. A violência sofrida pelas moçambicanas no passado não muito distante é aterrorizante. Segundo explica Mechiço: “Mulheres grávidas viam suas barrigas rasgadas, com punhais, canivetes ou facas (...)”. Ela acredita que a filosofia acadêmica provavelmente deveria dedicar mais atenção a assuntos relativos à educação para a consolidação da democracia e da paz.

**Palavras-chave:** Filosofia em Moçambique; Filosofia da Educação; Guerra; Violência.

### ABSTRACT

In the following interview, carried out by email in 2021, Mozambican philosopher Rosa Mechiço talks about her life, the political history of her country, her experience as a woman in the academe, and her interest in education. The violence suffered by Mozambican women in the not-too-distant past is terrifying. As Mechiço explains: “Pregnant women saw their bellies ripped open with daggers, pocket knives or knives...”. She believes that academic philosophy should probably focus more attention on how education can contribute to consolidate democracy and peace.

**Keywords:** Philosophy in Mozambique; Philosophy of Education; War; Violence.

### RESUMEN

En esta entrevista, realizada por correo electrónico en el año 2021, la filósofa mozambiqueña Rosa Mechiço habla un poco sobre su trayectoria personal, la historia política de su país, su experiencia como mujer en el mundo académico y su interés por la educación. La violencia sufrida por las mujeres mozambiqueñas en un pasado no muy lejano es aterradora. Como explica Mechiço: “Las mujeres embarazadas se vieron desgarradas en el vientre, con dagas, navajas o navajas (...)”. Ella cree que la filosofía académica probablemente debería dedicar más atención a los temas relacionados con la educación para la consolidación de la democracia y la paz.

**Palabras clave:** Filosofía en Mozambique; Filosofía de la educación; Guerra; Violencia.

---

<sup>1</sup> Rosa Mechiço é Bacharel em Ciências de Educação (UCM), graduada em Ciências Religiosas (ISMMA), graduada e Mestre em Ensino de Filosofia e Doutora em Filosofia (UPM). Na Universidade Pedagógica de Maputo leciona disciplinas de Filosofia da Educação e didática e Filosofia I, II, III e IV. Endereço eletrônico: [professorarosamechico@gmail.com](mailto:professorarosamechico@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduado e mestrado em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Filosofia pela La Trobe University (LTU). É autor dos livros *Sobre a Leitura: Uma Análise Perceptopolítica e Oftalmopolítica: Um Problema com a Visão da Filosofia*. É colaborador da revista *O Curandeiro: Revista Moçambicana de Filosofia*. <https://orcid.org/0000-0003-2055-4265> Endereço eletrônico: [murilorseabra@gmail.com](mailto:murilorseabra@gmail.com)



**Murilo Seabra:** Você lembra dos seus questionamentos filosóficos do seu tempo de infância e adolescência? Quais eram as suas questões recorrentes? O que lhe intrigava, o que lhe interessava?

**Rosa Mechico:** Olá Murilo. Agradeço pelo convite e interesse em iniciar esta conversa. Em vez de entrevista prefiro tratá-la de conversa, assim sinto-me mais à vontade. Decerto, será um momento belo e, igualmente, uma oportunidade gratificante de partilha de vivências e/ou de experiências edificantes. Gratidão pela iniciativa e vamos a isso, à nossa conversa.

Antes de mais, permita que me apresente. Sou Rosa Alfredo Mechico, oitava e última filha, dos quais uma irmã, a primogênita, e seis irmãos. Nasci no ano em que o meu país, carinhosamente tratado por “Pérola do Índico”, também apelidado por “País da Marrabenta”, e oficialmente chamado Moçambique ganhou a sua independência “total e completa”. Porém, sou cinco meses mais velha. Sou mana da independência e não filha da independência. Nasci e cresci no seio de uma família católica, num bairro periférico da cidade de Maputo, isto é, da capital do país, o famoso bairro Chamanculo.

Tive uma infância e adolescência tranquilas e alegres. Note-se que quando falo da infância referimo-me ao período a partir dos meus cinco anos, quando iniciei a pré-escola. Antes dos cinco anos não tenho quase nenhuma memória segura sobre qualquer tipo de acontecimento. Concomitantemente, considero adolescência o período, mais ou menos, entre os doze aos dezasseis anos. Embora a maior parte destas duas fases da minha vida tenham sido passadas num período em que o país atravessava uma guerra civil feroz, que durou aproximadamente duas décadas e, por consequência, período de grande ressecção económica, escassez de bens alimentares, vestuário, fome crônica, entre outros males, próprios de uma guerra, devo realçar que o facto de residir, praticamente, na cidade a nossa família foi, mais ou menos, poupada de muito sofrimento, comparativamente aos que se encontravam fora/distante da cidade, pois o inimigo nunca ousou atacar a cidade capital, embora tenha protagonizado ataques em bairros próximos da mesma. A bem dizer, comumente, a guerra não se fez sentir (em termos de ataques armados e não de suas consequências nefastas, pois essas todo o povo moçambicano sentiu na pele, independentemente do lugar em que se encontrava, ou seja, estivesse) em



nenhuma capital provincial. Ainda que o país estivesse a viver um período de guerra e eu tivesse plena consciência de tal realidade, aliás era totalmente impossível estar alheio à tal conjuntura, paradoxalmente, parecia que a vida corria normalmente, pois as actividades decorriam naturalmente, sem grandes sobressaltos, tirando a escassez de bens alimentares e outros itens que citei anteriormente, associados a relatos de emboscadas, assassinatos, massacres, pilhagem, destruição de infraestruturas (escolas, hospitais, igrejas, fábricas, estradas, pontes, ferrovias, centros de formação e outro tipo de empreendimento), notícias e/ou informação de morte de familiares, etc., ia a escola e a igreja sem nenhum tipo de constrangimento.

Murilo, permita-me abrir parênteses para narrar, no mínimo, dois relatos que ouvi quando adolescente e, desta forma, poder ter noção do nível de violência gratuita que, infelizmente, o povo moçambicano experimentou nos tempos “quentes” da guerra. Mulheres grávidas viam suas barrigas rasgadas, com punhais, canivetes ou facas, e seus fetos retirados e, de seguida, obrigadas a pilá-los (socá-los), colocá-los em água fervente, esquartejá-los ou, ainda, decepar a cabeça e esta ser usada como se de uma bola de futebol se tratasse. Estes actos quando não fossem praticados pelo inimigo, o mesmo forçava algum parente próximo (esposo, irmão, filho, pai ou mãe da vítima) a praticá-los, sob pena de morte caso recusasse. Quando o inimigo invadissem uma aldeia e/ou povoado após pilhar os bens da população esta era feita refém e obrigada a caminhar quilómetros rumo à base (esconderijo) do inimigo. Durante a caminhada era proibido, à população feita refém, o direito ao descanso, e caso alguém manifestasse algum tipo de cansaço ou desconforto era morto. Conforme aludi no primeiro relato, neste caso, a atrocidade também poderia ser praticada tanto pelo inimigo quanto por um indivíduo previamente indicado por aquele. Penso que estes dois relatos são suficientes, porquanto permitem que se tenha alguma ideia quanto ao tipo e nível de crueldade praticada pelo inimigo.

Voltando ao âmago da sua questão, devo dizer que, sem dúvidas, pelo facto de ter vivido neste contexto de guerra, presumivelmente, os questionamentos que me colocava não tão-somente eram de âmbito filosófico, mas também teológico. Lembro-me, muito bem, dos seguintes questionamentos: por que será que se banaliza a vida humana? Por qual razão os homens optam pela violência para reivindicar o que quer que seja ao invés de optarem pela

via do diálogo e consenso? O que move e/ou motiva um ser humano a tirar a vida de outro humano? Por que Deus, sendo um Deus Bondoso, Onnipotente, e com todos os atributos belos que tem, conforme os meus pais e os catequistas me ensinavam, permite ou deixa que tais atrocidades aconteçam? Por que será que um Deus Justo consente tanta injustiça sobre os inocentes? Por que será que ele, sendo um Deus Bom, fez homens bons e do bem e, de modo igual, em contrapartida, homens maus, adeptos do mal e, em função disso, impenitentes? O que impede que os homens vivam em paz e em harmonia uns com os outros? Qual será a raiz da maldade e da violência existente no interior do homem e, por conseguinte, no mundo? Se sou ensinada que Deus fez-nos (criou-nos) à sua imagem e semelhança será que, pelo facto de existirem homens bons e maus, ele também é, simultaneamente, bom e mau, bondoso e maldoso, justiceiro e vingativo? Afinal quem é esse Deus, ou que Deus é esse, tão poderoso, que admite e/ou autoriza os maus a tomarem conta dos bons, que permite que a maldade (o mal e o mau) prevaleça sobre a bondade (bem e bom) e não o contrário? Será por isso que, após a morte, existe o paraíso como recompensa para os bons e o inferno como castigo para os maus?

Estas e outras questões, de forma recorrente, atravessavam o meu juízo, se quisermos pensamentos e, de certo modo, pelo facto de, intrinsecamente, constituírem uma preocupação, sobretudo pela incapacidade de, na altura, poder ter ou dar uma resposta cabal às mesmas, mais do que me interessavam, lamentavelmente, acabavam sufocando e perturbando o meu juízo. Talvez, no fundo, o que realmente me interessava era que nós, o povo moçambicano, vivêssemos em paz e harmonia. Era o fim da guerra. Era, mais do que a possibilidade, a necessidade premente de termos uma vida digna, uma vida isenta de todo o tipo de escassez.

**Murilo Seabra:** O nível de violência que você relatou é realmente assustador. A impressão que me passa é que não se queria apenas matar o inimigo, não se queria apenas riscá-lo da existência. O que se queria era submetê-lo ao máximo possível de sofrimento. O que se queria era torturá-lo física e psicologicamente com tanta intensidade que a morte passasse a ser desejada. É realmente intrigante. Por que a simples vitória – a limpa e direta não bastava?



**Rosa Mechiço:** Murilo, a questão que me coloca é complexa e profunda. Todavia, antes devo esclarecer alguns pontos que, a meu ver, a mesma comporta e suscita por forma a evitar-se qualquer tipo de equívocos.

Primeiro, é preciso perceber que a guerra a que me refiro não é a da conquista da independência. Não se trata da guerra contra o colonialismo português. Trata-se, sim, da guerra pós-independência, de uma guerra interna, isto é “aparentemente” entre irmãos moçambicanos. Lá pela frente irá entender melhor porque “aparentemente”.

Segundo, é, no entanto, imperioso corrigir esta compreensão “(...) A impressão que me passa é que não se queria apenas matar o inimigo, não se queria apenas riscá-lo da existência (...)”. Efectivamente, os factos colocam em evidência que há possibilidade de duas ou mais interpretações a respeito. Por ora, fico com duas interpretações, a saber: Primeira interpretação, a guerra era feita contra o povo, contra a população moçambicana. Nós, o povo moçambicano, éramos o falso inimigo. Nós éramos vítimas inocentes da guerra. Contrariamente, o verdadeiro inimigo era o outro, no caso aquele que nos massacrava, matava, chamávamos de bandido armado e apelidado por matchangaissa. Segunda interpretação, nós, o povo massacrado e morto, éramos o falso inimigo. Então, o verdadeiro inimigo era o Estado, no caso a FRELIMO, detentor e gestor do poder, e este só podia ser atacado e/ou combatido a partir do povo indefeso, ou, se quisermos, via povo, aniquilando-o. Lá pela frente retomarei a este ponto com mais pormenores.

Terceiro, quanto a este questionamento “(...) Por que a simples vitória – a limpa e direta não bastava?” se tomarmos em linha de conta as reais razões desta guerra, embora seja lícita (a sua questão), ela não encontra um bom enquadramento nesta guerra. Contudo, implicitamente, irei responder ao longo da explicação que se segue.

Ora, observe-se que a guerra a qual fiz menção na resposta à questão que precedentemente colocara trata-se da guerra do Estado/governo moçambicano, concretamente entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique). É oportuno evidenciar, aqui, que foi graças ao advento da democracia, seja da democracia como forma de vida ou, sobretudo, forma de governo e /ou regime político, adoptado pelo Estado moçambicano após o início do processo de reconciliação nacional, aos 4 de Outubro de 1992 com a Assinatura dos Acordos Gerais de Paz, entre estes dois grupos

envolvidos na guerra, processo que culminou com a realização das primeiras eleições gerais (presidenciais e legislativas multipartidárias) em 1994, o que permitiu à nação moçambicana uma guinada ímpar na sua história em todos os níveis e, de modo igual, possibilitou que actualmente estes dois grupos fossem dois partidos entre outros tantos que existem no país. Sobre as razões que deram origem a esta guerra, de uma observação mais rigorosa, descobre-se a existência de duas versões:

1ª Versão (Tida como a Versão Falsa): Esta versão advoga que a origem da guerra é resultado de um certo desentendimento no seio daquele grupo que lutara, arduamente, pela conquista da independência. Isto é, após a vitória contra o colonialismo português e assunção do poder por parte da FRELIMO, parte de indivíduos que, activamente fizeram parte da luta sentiram-se excluídos do “banquete do poder”, ou seja, foram colocados à margem. Assim, como forma de reivindicação pegaram em armas e iniciaram a guerra.

2ª Versão (Tida como a Versão Verdadeira): Antes de mais, é preciso considerar o facto de que Moçambique situa-se numa região que a nível do continente africano e de acordo com a sua administração político-regional é designada África Austral. No interior da África Austral Moçambique situa-se na zona sul, é o único país falante da língua portuguesa, e todos os países vizinhos que com ela fazem fronteira são falantes da língua inglesa. Note-se que não estou a excluir Angola enquanto país falante da língua portuguesa e integrante da região Austral, mas importa-me, neste momento, fazer uma localização específica de Moçambique para que se perceba melhor o discurso subsequente.

Aquando da luta pela libertação, isto é, da guerra contra o colonialismo português, Moçambique teve apoio do bloco socialista (países socialistas) e após a sua independência adoptou a política socialista. Então, Moçambique, para além de ser o único país falante da língua portuguesa, aparece, também, como o único representante do socialismo na zona sul da África Austral. A postura de Moçambique aos olhos dos países vizinhos, todos eles do bloco capitalista, não foi bem vista. No fundo, diante destes países, Moçambique passou a ser visto com suspeita, pois, segundo o entendimento daqueles, constituía uma ameaça à hegemonia da zona capitalista, isto é, das colónias inglesas que fazem fronteira com o mesmo.



Ao lado destes elementos, a RENAMO nasce ou, melhor, foi criada por este bloco de países capitalistas, mormente pelo regime do Apartheid da vizinha África do Sul e do regime inglês do Ian Smith da Rodésia do Sul, actualmente Zimbabwe. O que estou a tentar dizer é que, na essência, a RENAMO é filha legítima do capitalismo, é produto e/ou resultado da contradição entre o capitalismo e o socialismo.

Acresce-se à criação da RENAMO o descontentamento por parte de alguns dos indivíduos do Fascismo português devido à conquista da independência e, sobretudo, ao início do processo das nacionalizações. Com o processo das nacionalizações todo o património que outrora pertencera ao Estado português reverteu-se para o recém-formado Estado moçambicano. Sem dúvidas este foi um grande golpe para os portugueses.

Portanto, bem analisado, nada mais razoável que asseverar o facto de que esta guerra foi promovida por externos e não internamente. Os externos, guiados por suas ambições, envidaram todo o tipo de esforço possível e imaginário para colocarem irmãos lutando contra si. Quem sabe, provavelmente se Moçambique tivesse tido apoio do capitalismo e, por conseguinte, adoptado o capitalismo não teria passado por esta barbárie.

Isto posto, fica claro que, a guerra em si foi usada como uma manobra eficaz com o intuito de incitar o povo a uma revolta geral contra o regime socialista, adoptado pelo Estado/governo moçambicano e, desse modo, desacreditá-lo.

Em qualquer caso, entenda-se que, o propósito por detrás da matança do povo moçambicano foi uma estratégia que o inimigo adoptara para pressionar o detentor do poder a resignar-se e, deste modo, tomar o poder em suas mãos.

**Murilo Seabra:** Você me deixou com uma curiosidade. Aqui no Brasil, nos cursos de filosofia brasileiros, não estudamos nem discutimos problemas contemporâneos extremamente graves, extremamente importantes, como as guerras que são promovidas pelos Estados Unidos contra o Iraque e o Afeganistão. Não estudamos nem discutimos sequer a guerra ainda em curso contra os povos indígenas que habitam o Brasil. Estudamos e discutimos o Holocausto, mas não o genocídio sofrido pelos moradores e pelas moradoras das favelas brasileiras ou até mesmo o genocídio dos Tutsis, Twas e Hutus moderados perpetrado pelo governo Hutu no Ruanda, em África. Também não estudamos nem discutimos a

desigualdade econômica e os mecanismos de empobrecimento da população, muito menos questões geopolíticas mais amplas. Como são os cursos de filosofia em Moçambique? A guerra, a violência e a desigualdade econômica estão na agenda temática da filosofia moçambicana?

**Rosa Mechiço:** “(...) Também não estudamos nem discutimos a desigualdade económica e os mecanismos de empobrecimento da população, muito menos questões geopolíticas mais amplas. Como são os cursos de filosofia em Moçambique? A guerra, a violência e a desigualdade económica estão na agenda temática da filosofia moçambicana?”.

Lamentavelmente devo dizer que por cá a situação é idêntica. Bem analisado, parece existir um tabu e um certo receio em passar estas histórias tristes e cruéis para as nossas salas de aulas, não tão-somente como narrativas mas sobretudo como experiências de vivências extremamente nocivas das quais a humanidade deve manter-se em alerta por forma a não repeti-las. Conforme fiz alusão anteriormente, o nosso país tem sido palco de guerras cíclicas cujas consequências todo o moçambicano sente na pele no seu dia-a-dia. Guerras que, bem pensado, poderiam ser evitadas porquanto carecem de justa causa.

No currículo anterior ao actual (o actual entrou em vigor em 2014) o curso de Licenciatura em Ensino de Filosofia teve duas disciplinas interessantes, nomeadamente **Geopolítica e Globalização** e **Educação para a Paz**. Infelizmente a disciplina de Geopolítica e Globalização foi retirada. Referir que a mesma sempre foi lecionada por professores do departamento de História e não de Filosofia. Mantém-se a disciplina de Educação para a Paz, lecionada como tema transversal e por professores do departamento de Filosofia.

De acordo com o programa curricular, na disciplina de **Geopolítica e Globalização**<sup>3</sup> as **Competências** pretendidas eram: a) projectar o impacto da globalização em Moçambique; b) perscrutar as potencialidades e vulnerabilidades de Moçambique no conjunto das nações e particularmente na África Austral. Os **Objectivos Gerais** preconizados eram: a) conhecer os

---

<sup>3</sup>Geopolítica e Globalização, disciplina do tipo complementar, nível 1, 4º Ano, 2º Semestre, 12 Créditos, 120 horas (64 de contacto e 56 de estudo independente) páginas 281-209.



fundamentos geopolíticos e da globalização; b) saber identificar os dispositivos, factores e motivações geopolíticas; c) identificar as teorias usadas na projecção do poder mundial; d) distinguir conceitos de internacionalização, multinacionalização e globalização; e) relacionar teorias geopolíticas e globalização. Faziam parte do **Plano Temático** desta disciplina as seguintes temáticas:

1. O Domínio espacial: fundamento da geopolítica e da esfera global

- O Estado, a nação como fundamento espacial.
- Disputas geopolíticas e a procura de uma hegemonia parcial.
- Os dispositivos, factores e motivações geopolíticas.

2. Da internacionalização e multinacionalização à globalização

- O declínio dos impérios ocidentais e a cristalização do sistema global.
- Teorias geopolíticas e a gênese da globalização.
- O lugar das teorias globais do poder mundial na globalização.
- Alfred Mahan e o poder marítimo.
- Harold Mackinder e o *Heartland* ou poder terrestre.
- Nikolas Spykman e o *rimland*.

• A teoria do poder aéreo e a cristalização do poder global.

3. Globalização hegemónica e seu impacto nos países centrais e periféricos

- Das teorias globais do sistema-mundo, às teorias do capitalismo periférico e da semi-periferia.
- O mundo pós-II Guerra Mundial: o desenvolvimento do sistema global.

4. A desagregação do bloco do leste e a emergência da aldeia global

- A teoria do fim da história de Francis Fukuyama e o do choque civilizacional de Samuel Huntington.

5. A globalização e as tendências geopolíticas contemporâneas

- O papel dos agentes de pressão internacionais na definição das políticas.
- A multipolaridade e o seu papel na globalização.
- Evoluções geopolíticas, globalização e processos identitários.

6. Moçambique e África no cenário geopolítico internacional



- Potencialidades e vulnerabilidades de Moçambique e de África.
- História e estudos prospectivos das particularidades de Moçambique e de África no quadro geopolítico.

Conforme o programa curricular, a disciplina de **Educação para a Paz**<sup>4</sup>, que actualmente é lecionada como tema transversal, na **Introdução** do seu plano temático, cuja intenção é apresentar a disciplina, encontra-se o seguinte: As Bases e Directrizes Curriculares da UP (Universidade Pedagógica) indicam que um dos temas a serem abordados é a Educação para a Paz. Pretende-se que cada docente e estudante da UP assuma o compromisso de construir posturas e práticas para a paz. A educação para a paz tem nos dias que correm um carácter de urgência, essencial e vital para a salvação da vida no Planeta TERRA. Até recentemente as disciplinas não se deixaram atravessar pelas questões do quotidiano como o da violência e da paz. A educação e formação na UP deve ter uma grande contribuição a dar para a construção de um mundo de paz. Para tal é importante implantar uma educação integradora, num clima académico dialógico em que os indivíduos aprendem a ser tolerantes e solidários. A educação e a formação na UP devem sensibilizar os educandos para as questões sociais, ambientais e relacionais de âmbito local e global, sugerindo alternativas para a construção de uma vida pacífica em que os direitos humanos sejam respeitados. O mundo de hoje, apesar de grandes avanços tecnológicos e científicos, vive cercado de violência, de guerra e de opressão. É necessário que leguemos às futuras gerações valores que permitam combater as injustiças sociais, a pobreza, a miséria, a fome, a exclusão, a discriminação, a destruição do meio ambiente e a proliferação das armas e das drogas. Existem vários conceitos associados à PAZ. A paz pode ser vista como um fenómeno externo ao homem e ser considerada como um fenómeno social, sócio-económico ou político. A paz pode ser definida no contexto da Ecologia Social como sendo a ausência de conflitos, de violência e de guerras. Pode-se falar também em Ecologia da Natureza ou planetária e considerar a paz como harmonia e confraternização entre povos e homens e estes com o meio ambiente. A paz também pode ser

---

<sup>4</sup> Educação para a Paz, disciplina do tipo nuclear, nível 1, 2º Ano, 2º Semestre, 1 Créditos, 10 horas (8 de contacto e 2 de estudo independente) páginas 302-305.



vista como Ecologia Interior, como um estado interior de ausência de conflito intrapsíquico, harmonia interior e o reencontro com a própria essência.

Na UP podemos abordar a Educação para a Paz através da transmissão de conteúdos (palestras, conferências, seminários, colóquios, etc.) sobre a paz ou podemos adoptar outras formas mais interiores de desenvolver o espírito de paz nos indivíduos como o relaxamento, dança meditativa (plano físico); psicoterapias individuais ou de grupo (plano emocional); yoga, Tai-chi-chuan, AIKi-Do (no plano espiritual). A Educação para a paz na UP deve contribuir para a construção de uma nova ética, através de instrumentos lúdicos, vivenciais e artísticos. A educação para a paz na UP pretende promover a conciliação, a generosidade, a solidariedade, o respeito aos direitos humanos e à diferença, a rejeição de todas as formas de violência e de injustiça.

Fazem parte do **Plano Temático** deste tema transversal as seguintes temáticas:

1. Conceito de paz;
2. Formas e manifestações de violência;
3. História da educação para a paz;
4. Cultura de paz (valores humanos de justiça, liberdade, dignidade, solidariedade e diálogo);
5. Educar para a paz (tolerância e respeito pela diferença e diversidade);
6. Virtudes morais ou habilidades sociais (humildade, amorosidade, coragem, tolerância, decisão, paciência, alegria de viver);
7. Dimensões de educação para a paz: cognitiva (informações e conhecimento) e relacional (diálogo).

No programa do Ensino Secundário Geral<sup>5</sup>, concretamente no ensino médio, também designado IIº Ciclo, desde a introdução da disciplina de Filosofia tivemos estes dois programas curriculares:

---

<sup>5</sup> Ministério da Educação, Programa de Filosofia para o Ensino Secundário Geral, 11ª e 12ª classe, Maputo, 2000.



## Sumário dos Conteúdos Programáticos do Primeiro e Segundo Currículos

Primeiro Cenário (1998 - 2008)	Segundo Cenário (2009 – a actualidade)
Programa do 11º Ano	Programa do 11º Ano
UD1 – Introdução à Filosofia	UD1 – Introdução à Filosofia
UD2 – A pessoa Como Sujeito Moral	UD2 – A pessoa Como Sujeito Moral
UD3 – A Relatividade do Conhecimento	UD3 – Teoria do Conhecimento
UD4 – A Convivência Política entre os Homens	UD4 – Introdução à Lógica I
Programa do 12º Ano	Programa do 12º Ano
UD5 – Introdução à Lógica	UD1 – Introdução à Lógica II
UD6 – A Filosofia Africana	UD2 – A Convivência Política entre os Homens
UD7 – <b>A Paz como um Problema e Valor Moral</b>	UD3 – A Filosofia Africana
	UD4 – Metafísica e Estética

No primeiro programa a Unidade Didáctica 7 – **A Paz como um Problema e Valor Moral**<sup>6</sup> tinha as seguintes temáticas:

1. O significado e a dimensão da Paz.
2. Uma visão histórica das guerras.
3. O sentido da paz.
4. A construção da paz em Moçambique.
  - Os Acordos de Lusaka;
  - Os acordos de Nkomati;
  - Os Acordos de Roma.
5. A necessidade de mudança de mentalidades.
  - O que significa converter o homem para a paz?

<sup>6</sup> CHAMBISSÉ, E, D., COSSA, J. F., CASTIANO, J. P., et. al (2003).



No segundo programa (programa revisto) vê-se claramente que a UD 7 foi retirada. Até então desconheço as reais motivações que teriam contribuído para a adoção de tal atitude por parte daquele grupo de professores de filosofia que lhes fora confiado a tarefa de revisão do programa. Contudo, devo confessar, com certa tristeza, que durante a minha experiência de lecionação da disciplina de Introdução à Filosofia no 11º e 12º anos, entre os anos 2003 a 2008, pude observar que esta unidade didáctica era deveras negligenciada, seja por parte dos professores quanto dos próprios alunos. Eram poucos os professores que realmente lecionavam esta unidade didáctica com o mesmo vigor que lecionavam as outras unidades didácticas. Era uma unidade didáctica vista como sem muita importância e, por essa razão, menosprezada e abandonada.

Julgo que tendo em conta o cenário que toma moçambique como um país pobre e em via de desenvolvimento, a disciplina de **Geopolítica e Globalização** terá tido (enquanto fazia parte do currículo e, efectivamente, lecionada) a sua relevância caso os conteúdos temáticos reflectidos em seu programa tenham sido pensados e abordados com o intuito de ajudar os estudantes também a:

- Perceber que a globalização é um fenómeno, conceito científico, histórico e geográfico. Isto é importante para a construção do entendimento do processo da globalização.
- Perceber como a globalização se coloca no contexto da chamada nova ordem mundial após o fim da chamada velha ordem com a queda do Muro de Berlim em 89 e a dissolução da URSS em 91. Entender como o processo histórico da globalização ocorreu, ou seja, que este processo tornou o mundo globalizado. Compreender por que motivo a economia mundializada é vista como o motor ou o factor chave da origem da globalização e, por via disso, a globalização é tida como o ápice do sistema capitalista cuja grande ferramenta eficaz de comunicação é a internet que, por sua vez, surge como necessidade do mercado e não da sociedade. Possibilitar a tomada de consciência de que a forma ou a maneira como o processo da globalização se dá, isto é, torna o mundo global é diferente, porquanto a globalização não é igual para todas as nações, pois depende da localização geográfica do país e do papel que essa mesma nação tem no plano económico (sistema capitalista), político, cultural, social etc. Ademais dependendo do lugar onde o indivíduo vive, país periférico ou mais desenvolvido,

dadas as relações económicas internacionais que este país tem e mantém com outros, o senso (o entendimento), as experiências de vivências, a visão e/ou compreensão do que seja o mundo, conseqüentemente a globalização será mais limitada ou mais ampla. Outrossim, se se tomar em linha de conta o facto de que o mundo é o que se vê a partir ou dependendo do lugar em que se está e do ângulo em que se encontra o processo da globalização será acolhido e interpretado de formas diversas. Dito em outras palavras, a partir do lugar em que se está e do ângulo em que se encontra obviamente a globalização terá ou ganhará um rosto.

- Reconhecer que a globalização é o ápice da técnica, ciência e informação. Por meio dela o desenvolvimento da tecnologia e da ciência comandam a informação e sua fluidez. Trata-se de uma informação que passa a ser um poder imaterial.
- Constatar que a globalização trouxe a especialização do trabalho (fragmentação produtiva espacial). Isto fez com que parte de países, sobretudo os subdesenvolvidos, começassem a ter um papel no sistema capitalista. Cada país subdesenvolvido/pobre assume uma função produtiva. Os subdesenvolvidos ficam responsáveis com a parte de produção sem muito valor agregado e os desenvolvidos/ricos ficam responsáveis pela marca, montagem e venda do produto e com o lucro final, que é a “maior parte do bolo”. Assim, seria oportuno notarem (os estudantes) que este panorama marcou o início das transnacionais, cuja sede é, por via de regra, estabelecida no país rico e as filiais, quase sempre, nos países pobres. O país rico somente tem o controle da economia e da indústria. É a hegemonia globalizada. Ora, uma vez espalhada a produção pelo globo a tecnologia da informação surgiu da necessidade de ligar essa produção com uma comunicação rápida e concomitantemente a logística enquanto área de extrema importância na medida que dedica-se a melhoria do transporte que une, de forma eficaz, tudo o que é produzido nos países subdesenvolvidos e ao processo de avaliação de todas as etapas de produção a fim de racionalizar (organizar de forma simples e lógica, descomplexificar, descomplicar) posto que o tempo é dinheiro e tudo deve ser funcional no tempo certíssimo.
- Possuir o conhecimento de que com o desenvolvimento produtivo, consequência do desenvolvimento do trabalho e que deságua no desenvolvimento económico, responsável pela melhora da comunicação e do transporte surge um problema grave. Com a migração de



mercadoria, informação e comunicação os povos dos países pobres manifestam o desejo de migrar, movidos pela ideia de busca de melhoria das condições e níveis de vida. Infelizmente os povos pobres não haviam entendido que ao melhorar o transporte e a comunicação o foco da globalização era a mercadoria e a informação e jamais as pessoas, isto é, os povos pobres. A migração das pessoas é, por assim dizer, o efeito colateral da globalização e não o objectivo primeiro. A migração de pessoas trouxe consigo o problema da xenofobia. O movimento xenofóbico trouxe, ao de cima, mais uma vez, o facto de que a ideia subjacente no desenvolvimento económico era a circulação livre da mercadoria e não de pessoas, porquanto as pessoas são proibidas de migrar.

- Embora a globalização deve ser apresentada, sobretudo, como um fenómeno de interesse económico (mundialização da economia) seria interessante caso esta disciplina tenha sublinhado também o aspecto da **globalização cultural** enquanto consequência da globalização. É necessário elucidar este aspecto cujo efeito é a **padronização cultural**. O facto de quase todo o tipo de produto circular com bastante rapidez permitindo que através de um simples clique, por meio de um cartão de débito internacional, tenha-se acesso a qualquer site de compra de qualquer ponto do mundo e se adquira o objecto de interesse e/ou desejo, entre obras literárias, vestuário, automóveis, etc. Este fenómeno, aparentemente inofensivo, gerou e continua gerando confusão entre consumo (eu preciso/necessidade/ indispensável) e consumismo (eu quero, dispensável e supérfluo, aliado ao status social). A padronização cultural induziu à adopção de hábitos e costumes de países ricos. A padronização cultural comandada por nações ricas funciona como um “molde” que determina o que é adequado ou não para o resto do mundo. A padronização está também aliada a **obsolescência programada**.

- Evidenciar os **mitos da globalização**. 1. Eliminação dos Estados Nacionais. Na verdade, a autonomia e soberania existem. O que aconteceu foi o enfraquecimento do papel do Estado. O Estado deixou de ser o único agente de poder. A economia globalizada é quem molda e direciona parte das decisões dos Estados Nacionais. A globalização passa a ser aquela que toma a decisão em uma escala maior. 2. O mundo como Aldeia Global (união global, mundo único, mundo de mãos dadas). É preciso ter claro que a globalização não uniu o mundo, mas, pelo contrário, uniu sim as economias nacionais. Criou uma integração financeira e não uma

integração social. Trouxe o aumento das desigualdades sociais e relação de dependência. Permitiu que o rico fosse mais enriquecido e o pobre mais empobrecido. 3. Neoliberalismo. Induziu os países pobres a aderir às condições do mercado globalizado e para tal tiveram que passar por um endividamento exacerbado e, na actualidade, encontram-se, por assim dizer, numa situação de dívida insustentável. Paralelamente ao primeiro mito, o da eliminação dos Estados Nacionais, este do neoliberalismo, de modo igual, prega o enfraquecimento do papel do Estado, à medida que o capital privado tem maior dinamismo na economia.

- Contribuir na transformação e formação da consciência e mentalidade de cidadãos capazes de fazer face aos desafios da globalização regional e mundial.

- Por último caso a disciplina tenha sido uma oportunidade para debates em torno das potencialidades próprias de cada país, grupo de países, blocos econômicos (como resultados da própria globalização) e outras organizações, como por exemplo as Nações Unidas, a União Europeia, o G20 (grupo formado pelos 19 ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das maiores economias do mundo mais a UE), o G7(8) (grupo de países mais industrializados/desenvolvidos do mundo), as Nações G4 (grupo de países aliados para o apoio mútuo por forma a garantir lugares permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas), os Países BRICS ou os “Cinco grandes” (agrupamento de países de mercado emergente em relação ao seu desenvolvimento económico), etc., por conseguinte identificar o papel e a contribuição de diferentes países, grupo de países, blocos económicos e outras organizações, assim como também as influências que os mesmos podem exercer na tomada de decisões importantes com relação aos destinos da humanidade em todas as vertentes.

Outrossim, tendo em linha de conta o cenário que toma o contexto histórico moçambicano profundamente marcado por guerras recorrentes, a meu ver, no fundo, a disciplina de Educação para a Paz (leccionada na Universidade como Tema Transversal) e a UD 7 A Paz como um Problema e Valor Moral (retirada no segundo programa de Ensino de Filosofia no IIº Ciclo do Ensino Secundário Geral) foram introduzidas com o propósito de: reflectir em torno dos malefícios consequentes da guerra e da necessidade da busca permanente por um ambiente de diálogo, tolerância, respeito, pluralismo sociopolítico. Dinamizar e mobilizar



para o valor da paz e convivência pacífica. Ambos têm conteúdos pertinentes e actuais, sobretudo no contexto nacional.

**Murilo Seabra:** Você já se sentiu discriminada no ambiente acadêmico? Você já presenciou casos de discriminação? Você poderia contar uma situação que aconteceu com você ou alguma outra pessoa? Caso tenha passado por uma situação de preconceito de gênero, como foi lidar com isso?

**Rosa Mechiço:** Gosto muito da questão. Tenho algo a relatar a respeito. Mas antes permita-me que lhe diga que estou surpresa com esta questão, pois tomando em linha de conta a sequência das questões precedentes, a meu ver, parece que esta questão foge ligeiramente. Todavia, confesso que é muito bem-vinda. Decerto tem sua razão de ser.

A começar, devo dizer que a preferência é narrar unicamente as minhas experiências ao invés de narrar factos alheios. Note que para não tornar a conversa levemente desagradável elegerei apenas duas situações que *a priori* me vêm ao de cima.

Vamos por partes. Primeiro, irei falar um pouco da imagem que me foi passada sobre o que é academia. Segundo, falarei daquilo que tenho e/ou venho vivenciando enquanto parte integrante da mesma e que, de certa forma, contrasta, tenuemente, com a primeira imagem, aquela que me foi legada. Terceiro, irei narrar algo referente a experiência de discriminação. Quarto e último, deixarei expresso alguma coisa sobre aquilo que, conforme o meu entendimento, deveria ser a academia hoje.

Primeiro, a academia foi me apresentada como o repositório da erudição (sabedoria, sapiência, conhecimento), instituição social de ensino superior que, diferentemente da escola comum cujo distintivo é providenciar a educação/instrução básica, é vocacionada para a pesquisa e a obtenção de altos graus de saberes e, em função disso, pauta por uma pedagogia que concomitantemente é arte, ciência e crítica e privilegia, sobremaneira, o uso da razão no itinerário para a verdade. A academia é, igualmente, no sentido educacional e formativo, o lugar da formação. Outrossim, foi me apresentada a academia como o centro de aquisição dum tipo de saber e/ou conhecimento que resulte em competências capazes de, no futuro, favorecer a criação e manutenção de postos de trabalhos, ou, garantir a empregabilidade.

Segundo, tenho vindo a notar que, verticalmente considerada, a academia representou e ainda continua a representar a hierarquia do agir e do saber (conhecimento) humano em suas diferentes mundividências e, em razão disso, tem estado referida ao grande horizonte da educação do homem, facilmente constatável na desenvoltura da capacidade de raciocínio, sobrepondo-o a todas as outras faculdades.

Ora, o facto de haver uma enorme convicção no sentido de que a academia torna o professor universitário possuidor de um certo *status*, amiúde movido por tal pretexto não raras vezes, directa ou discretamente, assiste-se a atitudes de hostilidade, rejeição, intolerância, competição e também de discriminação. Tal postura conduz a segregação, a sustentação dos complexos de superioridade e inferioridade, a ostentação de atitudes de exclusão e inclusão e, por conseguinte, assiste-se a uma espécie de desconfiança epistemológica (possui conhecimento sólido e/ou válido somente aquele que frequentou a universidade x ou que estudou no país y), cresce a tendência de criação de grupos, feitos conforme o tipo de formação, porquanto assume-se a vil ideia de que entre os indivíduos que compõem tal grupo haverá mais entendimento, isto é, “falarão a mesma linguagem”.

Bem analisado este comportamento faz com que a academia acabe transformando-se num espaço de aglutinação de diversas tendências racionalistas, em corredor de exibicionismo e de busca, cada vez mais desenfreada, de títulos e posições académicas que em nada engrandecem o conhecimento, esquivando-se, melhor dito, negligenciando, anulando, em suma, abandonando a vitalidade da sua missão de ser estímulo de pesquisa, estímulo científico, ontológico, epistemológico, antropológico, ético, estímulo de interdisciplinaridade, intercultural, mundividência, etc., e mormente um estímulo do seu entorno e da sociedade em geral. Isto posto, julgo que a academia deve propor-se e esforçar-se em ser a tradução da unidade, da diferença e do dinamismo de ideias, de opiniões, de argumentos, de pensamentos, de sentimentos, de anseios, de discursos/dizeres do homem, rumo ao bem-comum e ao bem-estar, isto é, rumo ao progresso (humano, social, cultural, político, econômico, ecológico, etc.) e jamais lugar de elitismo e espaço de digladição intelectual infundada.

Terceiro, Murilo é do seu conhecimento que a academia é, por excelência, “masculina” e por seu turno a filosofia, exageradamente, sexista. Então, imagine um cenário destes? Tentei



abordar este assunto num artigo intitulado “*Ensino de filosofia face ao preconceito e exclusão da mulher no corpus filosófico*”, publicado na *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 11. n. 3 (2020), p. 101-125.

Vamos, directo, ao assunto discriminação. Ingressei na academia, há 17 anos, como monitora da disciplina de ética, após o convite formal feito por um dos professores do departamento de filosofia. O convite foi resultado da proposta feita pelo então director da faculdade numa conversa tida com alguns professores do departamento. A partir da celebração do contrato passei a fazer parte integrante do departamento, inicialmente na condição de monitora e um ano depois como docente estagiário. O ingresso no departamento aconteceu num período que coincidiu com a fase de preparação da defesa da minha monografia para a obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia. Nessa época já possuía o grau de Bacharelato em Ciências de Educação e Licenciatura em Ciências Religiosas e, também, era professora da disciplina de Introdução à Filosofia do 11º e 12º anos do Ensino Secundário Geral.

Devo dizer que sou a primeira mulher a ingressar no departamento de filosofia e, lamentavelmente, o meu ingresso não foi pacífico. Houve gente que aceitou e agradou-se com a minha presença (gente que contando não esgota os dedos de uma das minhas mãos). Houve gente que fingiu que aceitou e, de modo igual, fingiu que me aceitava, houve gente que claramente demonstrou rejeição. A não aceitação do meu ingresso deveu-se, sobretudo, ao facto de alguns colegas (que, por algum motivo, julgavam-se o padrão do saber) suporem que, embora já tivesse o bacharelato e a licenciatura em outras áreas afins, estivesse a lecionar a disciplina de Introdução a Filosofia no secundário e mesmo tendo frequentado o curso de Licenciatura em Ensino de Filosofia (Curso Especial e Intensivo) e encontrando-me no processo de defesa da monografia, ainda não detinha conhecimentos (bases) suficientes e/ou sólidos para ser enquadrada na academia. Tanto é que recordo, muito bem, que antes de defender a minha segunda licenciatura (Licenciatura em Ensino de Filosofia) não era considerada e muito menos tratada como doctora mas senhora fulana. Nada a ver com a necessidade de ser chamada doctora fulana ou não, entretanto, no meu entendimento, tal atitude era indício (prenúncio) de demonstração do estabelecimento de distinção bem como testemunho claro de propensão à discriminação. Me explico: no período da manhã, no Ensino

Secundário Geral, era doctora fulana e auferia um salário de acordo com tal categoria (licenciatura), em contrapartida, no período da tarde, na academia, era senhora fulana.

Provavelmente queira saber qual foi o meu sentimento diante de tais acontecimentos. Digo-lhe, sinceramente, que nunca fiz muito caso. Primeiro porque tinha suporte suficiente da parte dos que me aceitaram e acreditavam no meu potencial, isto é, na possibilidade da minha evolução e, portanto, contava com o apoio incondicional deles, e isso era o bastante. Segundo, desde cedo aprendera que é dever e responsabilidade individual engajar-se pela conquista daquilo que se considera útil para si mesmo. Ademais, a passagem pela vida religiosa (convento) me ensinara lições sólidas para saber lidar com as adversidades. Então, a validação daqueles que não me aceitavam e dos que prontamente haviam me rejeitado era me indiferente.

Neste período, contei, também, com o apoio incondicional de dois colegas, um do departamento de História e outro do departamento de Geografia. Foram fantásticos. Senti, igualmente, muita acolhida por parte dos professores da faculdade no geral, provavelmente porque era uma professora jovem, de mais a mais, a faculdade possuía um número reduzido de professoras (quatro no departamento de Geografia e duas no departamento de História) e todas elas eram senhoras maduras e com uma caminhada bem considerável na academia.

Ainda no quesito discriminação, é oportuno expor o seguinte facto: bem no início da minha carreira docente passei por uma situação em que, se não me engano, faltando seis ou quatro semanas para o término do semestre (comummente um semestre tem dezasseis semanas) parte da turma, menos três estudantes, na qual lecionava a cadeira de Filosofia da Religião, alegando que eu carecia de domínio dos conteúdos e, segundo eles, temendo uma reprovação em massa na cadeira por mim lecionada, fizeram um abaixo assinado acompanhado por uma greve que consistia em não se fazerem presente na sala de aulas durante o período reservado para as minhas aulas. Para a resolução deste assunto valeu a intervenção sensata por parte da direcção da Faculdade. Referir que quando este facto ocorreu a direcção da faculdade era composta por membros diferentes daqueles do período do meu ingresso na instituição. Facto interessante foi que após o ocorrido tomei conhecimento de que parte daquele grupo que havia fingido a minha aceitação aquando do meu ingresso no departamento estivera por trás



deste episódio. Foram eles os promotores da danosa trama. Ainda relacionado com este episódio, lembro que quando me dei conta do que estava acontecendo (ausência dos estudantes na sala de aulas no período reservado para a minha disciplina), na mesma semana, durante a reunião do departamento, que acontecia nas terça-feiras, chegado o momento reservado à apresentação dos diversos da agenda, teria comunicado a situação que, a meu ver, constituía uma preocupação a ser partilhada e, decerto, solucionada o mais rápido possível. Recordo que houve um descaso total. Fui ouvida e ninguém se interessou com o que havia partilhado, isto é, fui ouvida com sucesso e, igualmente, ignorada com sucesso. Foi como se, literalmente, eu não tivesse dito nada, em razão disso, os colegas não tivessem ouvido absolutamente nada e, assim, a reunião foi encerrada. Posto isto, encaminhei a preocupação à direcção da faculdade e esta veio a ser resolvida de forma airosa.

Ora, mais que uma situação de discriminação julgo que foi um combate, dito em outras palavras, fui combatida. Porém, assim como o apóstolo Paulo (São Paulo), atrevo-me a afirmar: “combati um bom combate, [embora ainda não] terminei a corrida, guardei a fé. Agora me está reservada a coroa da justiça (...)” (2 Timóteo 4, 7-8). Poderia narrar mais episódios, contudo, sinto que estes dois são suficientes.

Quanto ao como foi ou como é lidar com isso (a discriminação) e de que jeito superei, se é que superei tais situações, referir que, precedentemente, em algum momento da nossa conversa, de forma indirecta, fiz alusão a isso. Cabe agora, talvez, acrescentar que, de facto, foram situações não confortáveis, mas, de certa forma, tornaram-me mais forte e mais capaz, porquanto em nenhum momento me coloquei como vítima, pelo contrário, soube tirar alguma lição delas (das situações narradas). Hoje, considero estas situações como uma espécie de música que, embora não apreciasse pois não era do meu agrado, contra a minha vontade, fui obrigada a ouvi-la, dançá-la e até a curti-la, no entanto, hoje, felizmente, não mais faz sucesso, foi relegada ao passado. São lembranças que fazem parte da minha história e da minha trajectória como ser humano e, inegavelmente, moldaram a pessoa que sou actualmente.

Quarto e último, há que se considerar ainda neste contexto, o facto de que, a partir da sua natureza, essencialmente, multidimensional, a academia tem a possibilidade de tornar-se o *locus* de desenvolvimento e de consolidação de novas práticas de convivências (contactos,



tratos) e solidariedade humana. Ela pode tornar-se um espaço público de interação de pensamentos, de debate e de avigoramento de ideias, de abertura para a alteridade, à medida que proporcionará cooperação e reciprocidade a partir da partilha de experiências e vivências advindas de diferentes sujeitos e diversos espaços.

Pese embora alguns constrangimentos aludidos ao longo desta conversa, sinto que nos últimos tempos a academia tende a ser um lugar aberto, atento, interessado e disponível para o pensar, o diálogo e a reflexão. Com o “novo normal” consequência da Covid-19 noto, com certa satisfação, que a academia se tem evidenciado e ganhou um terreno decisivo para o progresso do pensamento, desenvolvimento da problematização, debate de ideias, aprofundamento da crítica, e florescimento da criatividade investigativa, graças às plataformas digitais Zoom, Google Meet, Youtube, Facebook e Whatsapp. Ainda que de forma tímida, começam a aparecer grupos de transversalidades (equipes de trabalhos disciplinares e interdisciplinares) com interessante aproximação, cruzamento não hegemônico e confronto sadio de pensamentos e de toda a sorte de problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, históricos, antropológicos e filosóficos. Ela tende a tornar-se um espaço, por excelência, de confluência de diferentes ideias científicas, de busca de oportunidades capazes de sugerir pontes de articulação e pronunciamento entre aqueles domínios de saberes que, à primeira vista, parecem díspares e habitualmente tidos como não-relacionáveis.

À terminar permita-me que diga embora a academia não seja lugar de consensos científicos, quiçá seja um espaço de sinergias, de comunicação e co-participação, de desenvolvimento da sensibilidade diante dos problemas actuais e, por consequência, também de busca de soluções, de fomento do desenvolvimento intelectual baseado na cultura científica, de promoção do conhecimento que resulte em epistemologia solidária, convivência cooperativa, relação de aceitação das diferenças (diversidades), inclusão e integração, de estímulo moral e reforço ético, um lugar cumulativo do poder investigativo e criativo que resulte em grandes paradigmas inventivos, uma comunidade cujas relações, seja entre o conhecimento, as pessoas e a sociedade, são de união e partilha e jamais de concorrência de que a competição redunde em conflitos desconexos e em ambiente tóxico e, por via disso, contraproducente. Enfim, em um reduto privilegiado de pesquisa rumo à ciência humanística e humanizadora.



**Murilo Seabra:** Quais são os problemas e as questões que mais lhe interessam? Qual você acha que é a sua maior contribuição – ou qual é a maior contribuição que você espera dar – para a filosofia?

**Rosa Mechiço:** Interesse-me com questões ligadas ao Ensino de Filosofia (Didática de Filosofia) e Filosofia de Educação. Enquanto docente do curso de filosofia estas são as minhas principais áreas de actuação. É nelas que tenho concentrado minhas pesquisas, contribuições e pretendo continuar nesta linha.

Entendo que a relação entre Filosofia, Educação e Ensino de Filosofia (Didáctica de Filosofia) são intrínsecas. A filosofia é educativa. A dimensão educativa da filosofia é algo não exterior a ela mas, pelo contrário, constitutiva de sua natureza. O ensino de filosofia apresenta-se como o espaço privilegiado de reflexão sobre o homem e a sociedade onde ele se encontra inserido. De modo igual, é oportunidade para indicar a direcção pela qual ambos (homem e sociedade) devem caminhar. A filosofia, pelo seu carácter educador e a possibilidade do seu ensino, aponta os valores e as directrizes pelas quais a vida humana deve se pautar, isto é, o movimento dinâmico ideal da vida individual e social.

Assim, a filosofia e o seu ensino devem preservar o seu sentido de orientadores da conduta humana, porém, considerando os valores morais e comportamentos psicológicos flexíveis, conforme a dinâmica da civilização que não significa, nada mais, senão a dinâmica própria da vida, que leva a que a filosofia esteja ainda mais intimamente relacionada à educação e ao seu ensino.

Ora, numa *era* de globalização, prenhe de desafios tecnológicos, com inúmeros e eventuais riscos que esta *era* comporta e, mais ainda, de invenção e desenvolvimento cibernéticos, que acontecem de forma vertiginosa e impetuosa, o que torna a sociedade móvel, altamente complexa e, sobretudo, numa espécie de um novo mundo, cabe à filosofia envolver-se no preparo dos indivíduos para um tipo diferente de vida, investindo, mormente, na iniciação dos jovens para a vida adulta, cidadania e responsabilidade social. Ela deve, imperativamente, preparar os indivíduos para a mudança (mudança como condição fundamental da existência



própria da sociedade), mudança dentro dos padrões de cultura, mudança dentro dos padrões morais básicos e mudanças nos valores centrais da sociedade.

Nesta ordem de ideias, impõe-se asseverar que a filosofia e o seu ensino potenciam o homem a inserir-se no seu contexto real, auxiliam-no na tomada de consciência do seu ser, isto é, de quem ele é, criam-lhe horizontes, no sentido de saber como deve proceder e fazer frente aos possíveis desafios que as circunstâncias concretas do seu dia-a-dia lhe apresentarem. Portanto, incontornavelmente, ela é depositária da esperança de um mundo melhor.

Logo, quanto mais profunda e abrangente a filosofia e o seu ensino forem, melhor, visto que, possibilitarão ao homem melhores condições de desenvolvimento como humano, máxima consciência da sua dignidade fundamental, melhor exercício da sua cidadania e maior interação criativa com o meio social.

### Referências

CHAMBISSÉ, E. D., COSSA, J. F., CASTIANO, J. P., et. al. **A Emergência do Filosofar**, Filosofia 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> Classes. Moçambique Editora Maputo: 2003.

Ministério da Educação, **Programa de Filosofia para o Ensino Secundário Geral, 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classe**, Maputo, Moçambique, 2000.

Plano Curricular do Curso de **Licenciatura em Ensino de Filosofia com Habilitação em Ensino de História**, Universidade Pedagógica, Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Filosofia, Maputo, Moçambique, Novembro, 2009.